

# FORUM **das seis**

STU  
Sintusp  
Sinteps  
Sintunesp  
Adunicamp  
Adusp-S.Sind.  
Adunesp-S.Sind.

## RELATO DA REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO DO DIA 14/06/05

Companheiros, o dia 14/06 pode ser considerado um marco. Pela primeira vez o Cruesp foi em conjunto com o Fórum das Seis na Assembléia Legislativa em busca de mais verbas para as universidades. Porém, ficou evidente que qualquer avanço no financiamento somente será conquistado com a manutenção da mobilização, convencimento e pressão junto ao conjunto dos deputados da ALESP em prol de emendas na LDO-2006, que favorecem as universidades. A manutenção da mobilização foi indicada pelo Presidente da ALESP, Rodrigo Garcia, e pelo relator da LDO-2006, Edmir Chedid.

Esta ação conjunta, Fórum e Cruesp, foi avaliada como positiva tanto pelos reitores como pelos componentes do Fórum. Neste sentido, no início da reunião, o Fórum solicitou ao CRUESP a liberação dos professores, funcionários e estudantes para participação na audiência pública sobre a LDO agendada para o dia 16/06, às 10h, visto que há consenso da importância da participação da comunidade universitária neste momento. O Cruesp colocou que não poderia dispensar das atividades os servidores e nem a liberação de transporte para a participação. Porém, vai encaminhar às unidades um convite para a participação na audiência. Quanto à organização ficará sob a responsabilidade das entidades do Fórum. É importante reforçar a necessidade da mobilização e vinda de caravanas das três universidades neste ato e em outras ações durante a discussão e votação da LDO-2006.

Na seqüência, o Cruesp sugeriu dar prosseguimento à discussão da pauta. Neste momento, o coordenador do Fórum apontou que seria importante relatar as deliberações das assembleias frente ao fechamento de negociação salarial por parte do Cruesp na última reunião. Foi apresentado que a comunidade considerou que o índice de reajuste apresentado é insuficiente, pois não recupera nem a inflação na data base e com a perspectiva de aumento na arrecadação do ICMS seria importante retomar a negociação sobre o aumento no índice de reajuste e política salarial. Além disso, seria importante discutir o problema estrutural da Unicamp, que neste momento é visto como um impedimento para o avanço na negociação salarial. O presidente do Cruesp considerou justa a indignação da comunidade, pois tinha meta da reposição de pelo menos a inflação. Porém, não iria reabrir a discussão neste momento, frente ao cenário econômico instável, pois isto poderia comprometer a saúde financeira das universidades. Esta preocupação aumentou por parte dos reitores após a conversa que os reitores tiveram com o Secretário da Fazenda, já que para o Secretário a previsão de arrecadação de ICMS será em torno de 37,3 bilhões. O Fórum rebateu esta informação, pois mais uma vez este dado é uma previsão, que mês a mês, vem sendo superada pelo o que realmente é arrecadado e que não pode ser o arrocho salarial que manterá a universidade. Mesmo com a argumentação não foi possível reverter a situação. Assim, o Fórum solicitou a realização de reunião com a equipe técnica em outubro/2005 para avaliação da arrecadação do ICMS no próximo trimestre.

Quanto aos demais itens da pauta, devido ao teto proposto pelo Cruesp de 18:30 para a reunião, foram priorizados os itens de contratação de professores e funcionários e terceirização e se houvesse tempo iniciar a discussão sobre assistência estudantil, conforme já havia sido apresentado pelo Fórum e a catado pelo Cruesp. O Fórum então apresentou questionamentos. Qual o levantamento do Cruesp em relação à falta de docentes e funcionários? Quais ações estão em andamento, e a curto prazo, para suprir a falta de professores e funcionários? Como estão sendo contratados os servidores? Quais os critérios para a reposição? Qual a avaliação e a atual situação desta iniciativa administrativa (terceirização) nas três Universidades?

Os reitores foram respondendo um a um dos questionamentos e foi aberto o debate após cada apresentação. Ficou evidente na fala dos reitores que existe a necessidade de contratação de professores nas três Universidades, sendo que na Unesp esta defasagem está em 250 docentes, na Unicamp e USP não há este levantamento devido a diferença na forma de abordagem do problema, visto que a reposição de docentes não é automática (para os casos de aposentadoria, morte, demissão), mas sim, por avaliação do mérito. Portanto, uma vaga liberada em um departamento pode ser aproveitada, dependendo do mérito em uma outra situação.

No orçamento atual da Unicamp, está prevista a contratação de 20 docentes e na Unesp 62 docentes. Isto não atende a real necessidade da universidade. Na USP como é fluxo contínuo não havia o levantamento deste número, porém o reitor irá disponibilizar um quadro do número de docentes e funcionários nos últimos anos. Quanto aos funcionários, com base no subquadro da Unesp e no processo de certificação realizado na Unicamp a defasagem é: Unesp faltam 700 e Unicamp 859 servidores. Estão previstas 82 contratações na Unesp e na Unicamp 175. Ou seja, muito abaixo do necessário. Em relação à contratação na Unicamp os docentes são contratados por concurso público para cargo, processo seletivo público por tempo determinado de 6 anos e contratações emergenciais por tempo determinado de 9 meses. Na USP, devido a ação da ADUSP, a partir da deliberação de ações judiciais e decisão do conselho universitário, atualmente a contratação é feita por concurso público, sem nenhuma contratação precária. Na Unesp estão sendo priorizadas as contratações por concurso público a partir de critérios das comissões, sendo que um dos critérios é a carga horária.

Quanto ao número de alunos em média por sala de aula, os reitores não possuem este levantamento, porém colocam as diferenças entre as áreas como um dos aspectos que precisa ser levado em consideração. Em alguns casos, onde ocorre um número exagerado de alunos, uma solução apontada pela Unicamp é a presença de monitores, bolsistas para o atendimento dos alunos. A terceirização foi apresentada como uma alternativa para melhoria dos serviços de limpeza e vigilância, atividades que são meios e não fins na universidade. Na visão dos reitores vem ocorrendo em alguns lugares há algum tempo sem nenhum problema e a partir de licitação.

Após amplo debate sobre os temas, o Fórum apresentou claramente sua posição quanto: manter a qualidade do ensino nos cursos já existentes e no processo de ampliação de vagas; melhorar as condições de trabalho; o número de reposição de docentes e funcionários não pode ficar atrelado à “sobra” orçamentária, mas sim ser prioridade e, portanto, destinar mais recursos no orçamento para o atendimento das carências; a contratação por processo seletivo não estaria ferindo o princípio legal de entrada para o serviço público por concurso público, da mesma maneira como já ocorreu na USP; defender a contratação de professores em RDIDP por concurso público e contra qualquer forma de precarização do trabalho docente; a necessidade de contratação de professores para diminuir o número de estudantes na sala de aula, mantendo a qualidade de ensino; contrários à terceirização, visto que para o Fórum é a privatização por dentro que cria uma instabilidade na comunidade em prever até onde irá o processo de terceirização nas três universidades, já que a lógica do ser mais barato não pode ser a norteadora do processo, pois senão se terceirizará tudo; há denúncias sérias sobre o não cumprimento dos direitos trabalhistas dos funcionários terceirizados, isto é inadmissível dentro da universidade, portanto, qual o controle sobre os serviços terceirizados existentes nas três universidades.

Após as argumentações do Fórum, *há consenso com os reitores em: necessidade de contratação de professores e funcionários nas três universidades, por concurso público; levantamento da média de alunos por sala de aula nas três universidades; necessidade de um levantamento da atual situação trabalhista dos servidores terceirizados, maior controle e reavaliação dos contratos dos serviços terceirizados; compromisso que não é meta avançar para outros setores o processo de terceirização.* Assim, os reitores ficaram de apresentar na próxima reunião um posicionamento mais geral sobre o tema visando a definir quais são os serviços já terceirizados e os passíveis de terceirização, bem como o seu impacto nos orçamentos das universidades.

Foi cobrado, também, se o Cruesp já havia feito o levantamento e estudos sobre o impacto do decreto 48.034 do governo sobre o montante do ICMS, que é a base de cálculo para os 9,57%. Ainda não houve nenhuma providência sobre o tema. Foi solicitado, ainda, os dados de assistência estudantil que o Cruesp ficou de informar, porém nada foi informado, a não ser que os dados já estão disponíveis nos orçamentos. Ficou acordado que os estudantes irão solicitar dos seus reitores esses dados para ser discutido na próxima reunião. O Cruesp não confirmou a reunião do dia 21/06 devido a um problema de agenda dos reitores. Ficaram de fechar uma nova data para a próxima reunião e encaminhar ao Fórum, que deverá ser iniciada com a discussão da assistência estudantil e as respostas aos questionamentos feitos pelo Fórum sobre a terceirização.

---

### Calendário:

- **16/06** (quinta-feira) - Mobilização e participação na Audiência Pública sobre a LDO-2006, no Auditório Franco Montoro da ALESP, em São Paulo;
- **21/06** (terça-feira) - Nova reunião do Fórum das Seis, às 11h na Adunesp.